

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : CB

CLASS. : 65

DATA : 07 / 05 / 89

PG. : 22

Países do Pacto Amazônico rechaçam ingerência externa

JOSAFÁ DANTAS
Enviado Especial

Manaus — A condenação a qualquer tipo de ingerência dos países desenvolvidos nos assuntos internos dos países em desenvolvimento, especialmente em relação à política ecológica e a falta de uma definição clara e condições favoráveis para o pagamento da dívida externa dos países devedores, foram os dois principais temas da reunião dos presidentes dos países do Pacto Amazônico, realizada ontem, nesta capital. Todos os presidentes foram unânimes ao reconhecerem que as nações endividadadas não podem sair de seus compromissos financeiros com o sacrifício de seu povo, mas as divergên-

cias foram claras quanto à questão da vinculação de concessão de novos empréstimos pelos agentes financeiros internacionais a projetos de conservação ambiental na Amazônia. Na reunião foi aprovada a Declaração da Amazônia. Os presidentes, segundo o chanceler Roberto Abreu Sodré, do Brasil, não chegaram a discutir a dívida externa, "por considerar que dívida é dívida enquanto ecologia é ecologia". As divergências só não foram maiores porque durante os discursos todos os presidentes condenaram os países industrializados, embora alguns acreditem que a negociação da dívida externa passe necessariamente pelo problema ecoló-

gico, como declarou o presidente do Peru, Alan Garcia, que fez o discurso mais inflamado. Ele criticou duramente os países credores, afirmando que a dívida é impossível de ser paga. A posição de Garcia foi endossada pelo presidente do Equador, Rodrigo Borja, que defendeu melhores condições para o pagamento do débito, embora tenha projetos de preservação ecológica ligados ao pagamento da dívida.

Os trabalhos foram divididos em três tempos. No início da manhã, os presidentes fizeram uma reunião onde aprovaram a Declaração da Amazônia, preparada previamente pelos técnicos dos governos. A proposta brasileira apre-

sentada foi aprovada quase que por unanimidade, já que poucas modificações foram introduzidas. Foi uma questão mais de forma. Os presidentes decidiram criar um instituto que vai funcionar na fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela, e servirá como instrumento técnico para a desempenho dos trabalhos da Comissão de Proteção Ambiental, criada em março passado. Eles também aprovaram uma moção de apoio ao Parlamento Amazônico, que foi criada no âmbito político para cuidar da política de preservação ambiental. A proposta brasileira era de criação de uma empresa que atuaria conjuntamente com os demais países.

Internacionalização é tese antiga

Manaus — Ao abrir a primeira reunião de cúpula sobre o Tratado de Cooperação Amazônica, encerrado ontem nesta capital, o presidente José Sarney lembrou, em um discurso de seus laudas, as várias tentativas de internacionalização da Amazônia. Para Sarney, se os governos amazônicos não tiverem a determinação de mantê-la conservada e soberana "ela será destruída como o foram todas as terras ocupa-

das pela ação dos impérios".

O Presidente brasileiro lembrou em seu discurso a campanha pela internacionalização dos rios amazônicos, verificada no século XIX, quando foi criada a Amazon Steam Navigation Company, incorporada pela firma Le Roy, Bayard, Co. "A tese dominante era da livre navegação internacional dos grandes rios. Reagimos. Moveu-se uma grande campanha mundial

sobre esse assunto envolvendo várias entidades".

"Já no princípio deste século", afirmou Sarney, "o objetivo era outro". A Amazônia devia ser aberta às famosas "chartered companies", o instrumento utilizado para a colonização da África e que depreendeu a natureza daquele continente. Depois da guerra veio outro movimento, desta vez a Amazônia receberia os excedentes populacionais da Ásia. Em segui-

da, a preocupação científica, chegando a Unesco a elaborar uma decisão internacional que, ao ser analisada pelo nosso Congresso, provocou o protesto de Artur Bernardes".

O Presidente leu ainda tópicos de documentos "emanados de poderoso grupo com extensas ramificações internacionais, que afirma que a posse desta imensa área pelos países latinos é meramente circunstancial".

JULIO FERNANDES



Da esquerda para a direita, Valentin Alecia Baldivieso (Bolívia), Rodrigo Borja (Equador), Ramsewak Shankar (Suriname), Desmond Hoyte (Guiana), José Sarney (Brasil), Alan Garcia (Peru), Andrés Pérez (Venezuela) e Virgilio Barco (Colômbia), signatários da Declaração da Amazônia.

DECLARAÇÃO DA AMAZÔNIA

Esta é a íntegra do documento aprovado ontem pelos presidentes dos oito países da região amazônica:

Os presidentes dos países membros do Tratado de Cooperação Amazônica, reunidos em Manaus no dia 6 de maio de 1989 com o propósito de realizar uma reflexão conjunta sobre seus interesses comuns na região amazônica e, em particular, sobre o futuro da cooperação para o desenvolvimento e a proteção do patrimônio de seus respectivos territórios amazônicos, adotamos o seguinte:

DECLARAÇÃO DA AMAZÔNIA

1. No espírito de amizade e de entendimento que anima o nosso diálogo fraterno afirmamos a disposição de dar todo impulso político ao esforço de concertação que nossos governos vêm empreendendo no marco do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 3 de julho de 1978, e também marco de suas relações bilaterais, com vistas a promover a cooperação entre nossos países em todas as áreas de interesse comum para o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Nesse sentido, comprometemo-nos a dar impulso ao cumprimento das decisões contidas na Declaração de São Francisco de Quito, adotada por nossos ministros de Relações Exteriores em 7 de março de 1989.

2. Conscientes da importância de proteger o patrimônio cultural, econômico e ecológico de nossas regiões amazônicas e da necessidade de mobilizar esse potencial em proveito do desenvolvimento econômico e social de nossos povos, reiteramos que o patrimônio amazônico deve ser conservado por meio da utilização racional dos recursos da região para que as gerações atuais e futuras possam usufruir os benefícios desse legado da natureza.

3. Expressamos o nosso apoio às recém-criadas Comissões Especiais do Meio Ambiente e de Assuntos Indígenas, destinadas a fomentar o desenvolvimento, conservar os recursos naturais, o meio ambiente e as respectivas populações amazônicas, e reiteramos o pleno respeito ao direito que assiste às populações indígenas dos territórios amazônicos e de que sejam adotadas todas as medidas conducentes à manutenção e preservação da integridade dos grupos humanos, suas culturas e do seu "habitat" ecológico, no exercício do direito inerente à soberania de cada Estado. Reiteramos, igualmente, nosso apoio a ações que conduzam ao fortaleci-

mento da estrutura institucional do Tratado de Cooperação Amazônica, de acordo com o preconizado na Declaração de São Francisco de Quito.

4. Reafirmamos o direito soberano de cada país de administrar livremente seus recursos naturais, tendo presente a necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social de seu povo e a adequada conservação do meio ambiente. No exercício da responsabilidade soberana de definir as melhores formas de aproveitar e conservar essas riquezas, e em complementação aos nossos esforços nacionais e à cooperação entre nossos países, manifestamos nossa disposição de acolher a cooperação de países de outras regiões do mundo e de organizações internacionais que possam contribuir para a implementação dos projetos e programas nacionais e regionais que decidamos adotar livremente e sem imposições externas, de acordo com as prioridades de nossos governos.

5. Reconhecemos que a defesa de nosso meio ambiente requer o estudo de medidas, bilaterais e regionais, para prevenir acidentes que causem contaminação e lidar com suas consequências.

6. Assinalamos que a proteção e a conservação do meio ambiente na região, um dos objetivos essenciais do Tratado de Cooperação Amazônica, a que cada um de nossos países está firmemente dedicado, não podem ser alcançadas sem a melhoria das angustiantes condições sociais e econômicas que afligem nossos povos e que são agravadas por uma conjuntura internacional cada vez mais adversa.

7. Denunciamos as graves características da dívida externa e de seu serviço, que nos convertem em, exportadores líquidos de capital para os países credores, às custas de sacrifícios intoleráveis para nossos povos. Reiteramos que a dívida não se pode pagar nas atuais condições e circunstâncias, e que seu tratamento se deve basear no princípio da corresponsabilidade, em termos que permitam a retomada do processo de crescimento econômico e desenvolvimento em cada um de nossos países, condição essencial para a proteção, conservação, aproveitamento e utilização racional do nosso patrimônio natural.

8. Ressaltamos a necessidade de que as preocupações expressas nos países altamente desenvolvidos com relação à conservação do meio ambiente amazônico se traduzam em medidas de cooperação nos planos financeiro e tecnológi-

co. Defendemos o estabelecimento de novos fluxos de recursos, em termos adicionais e concessionais, para projetos voltados para a proteção ambiental em nossos países, inclusive no que diz respeito à pesquisa científica pura e aplicada, e objetamos a tentativas de impor condicionalidades na alocação de recursos internacionais para o desenvolvimento. Esperamos ver a criação de condições que permitam o livre acesso ao conhecimento científico e às tecnologias não-poluentes ou destinadas à proteção ambiental e rechaçamos tentativas de obter lucro comercial invocando legítimas preocupações ecológicas. Fundamenta essa percepção, sobretudo, o fato de que a principal causa da deterioração do meio ambiente em nível mundial são os modelos de industrialização e consumo, assim como o desperdício nos países desenvolvidos.

9. Conscientes dos riscos globais que representa para a vida e a qualidade do meio ambiente a existência de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa e preocupados em preservar nossa região de tais ameaças, reafirmamos os compromissos de nossos países de utilizar a energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos e instamos os países possuidores de armas nucleares a cessar imediatamente os testes de tais armas e a promover a eliminação progressiva de seus arsenais. Repudiamos igualmente o depósito de resíduos radioativos e outros resíduos tóxicos que comprometam os ecossistemas na região amazônica. Manifestamos a necessidade de que sejam adotadas as medidas adequadas para reduzir os riscos de contaminação ambiental na utilização pacífica da energia nuclear.

Expressamos também nosso apoio aos objetivos e propósitos do tratado para a proscrição de armas nucleares na América Latina.

10. Convencidos da necessidade de intensificar o processo de consulta e diálogo entre nossos países sobre todos os assuntos relativos ao desenvolvimento da Região Amazônica, inclusive os previstos no Tratado de Cooperação Amazônica, e seguros de que nossa cooperação fortalece a integridade e a solidariedade na América Latina, afirmamos nossa decisão de conjugar esforços num empreendimento conjunto, vigoroso e pioneiro, voltado para assegurar um futuro de paz, de cooperação e de prosperidade para as nações da região amazônica. Para tanto, decidimos passar a reunir-nos anualmente.

Passeio no rio é cancelado sem explicação

MANOEL LIMA
Corresponsável

Os integrantes das comitivas dos países do Pacto Amazônico ficaram frustrados com o cancelamento do passeio de barco pelo Rio Negro até o "encontro das águas". Sem qualquer explicação, as autoridades brasileiras comunicaram o fim do programa, previsto para ser um momento de relaxamento e descontração dos oito presidentes e de suas assessorias.

"Foi uma ordem pura e simples", revelou a assistente da direção geral do Tropical, Neide Alencar, ao informar sobre o fim do passeio, que previa um coquetel e almoço a bordo, com pratos tipicamente regionais, depois de os presidentes conhecerem o encontro das águas e parte do exuberante Lago Salvador, de propriedade do Tropical Hotel, a 12 quilômetros de Manaus, na margem direita do Rio Negro. Participariam do passeio 60 pessoas.

Os presidentes e assessores poderiam, durante uma caminhada na selva, observar a paisagem e, se a sorte estivesse ao seu lado, poderiam também ver de perto — perambulando pela floresta, uma onça pintada, uma cobra sucuri, o boto cor de rosa e jacarés.

O encontro dos presidentes em Manaus foi marcado pela tranquilidade para o esquema de segurança. "Tudo correu normal dentro das expectativas", disse o general Taumaturgo Vaz, chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia e um dos coordenadores do aparato policial-militar, montado para preservar a integridade dos presidentes e seus ministros.

Se o esquema de segurança foi perfeito para a integridade física dos presidentes, ele acabou frustrando grupos de peruanos e colombianos que tentaram se aproximar do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, na sexta, e no Tropical Hotel, ontem. "Viemos de tão longe para saudarmos nosso presidente e líder, e não conseguimos vê-lo", protestava o alfaiate Rodrigo Albano, peruano, morador da Ilha Island, na confluência dos Rios Solimões e Javari, em Benjamin Constant.